

decorrer dos exercícios de 2010 e 2009, abaixo qualificadas:
 - Cia Geração de Energia Elétrica Paranapanema - Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - União Participações Ltda. - WMA Participações S.A - Aço Belém Comercial Ltda. - Aço Maranhão Ltda. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - (i) **Remuneração - Diretoria:** Anualmente, em Assembléia Geral Ordinária, é definida a remuneração dos administradores da Sociedade, que é distribuída aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2010, a remuneração da Administração é no montante de R\$ 4.117 (R\$ 3.113 em 2009). (ii) **Outros benefícios:** A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **16. Provisão para contingências** - A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas,

constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2010		
	Provisão para contingências	Depósito judicial	Líquido
Causas trabalhistas	702	(416)	286
	31/12/2009		
	Provisão para contingências	Depósito judicial	Líquido
Causas trabalhistas	1.081	(462)	619
	01/01/2009		
	Provisão para contingências	Depósito judicial	Líquido
Causas trabalhistas	1.081	(574)	507

i. Ações trabalhistas: Referem-se a diversas ações trabalhistas, no montante de R\$ 1.630 (R\$ 1.401 em 31 de dezembro de 2009). Desse montante, a Sociedade mantém depositado judicialmente o valor de R\$ 416 (R\$ 462 em 31

de dezembro de 2009), que em 31 de dezembro de 2010 foi apresentado líquido da provisão para contingência a que se referiam. Esta classificação foi adotada em virtude de não haver a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, substancialmente representados por verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Sociedade decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 702 (R\$ 1.081 em 31 de dezembro de 2009). **ii. Ações cíveis:** A Sociedade é parte em ações de natureza cível, que de acordo com a classificação dos assessores jurídicos são classificadas como perda possível. Referem-se a ações junto ao Ministério Público do Trabalho no montante de R\$ 1.250 (R\$ 1.250 em 31 de dezembro de 2009) e junto ao IBAMA no valor de R\$ 153.184 (R\$ 153.184 em 31 de dezembro de 2009). Em função do estágio em que se encontram, e segundo a opinião dos assessores jurídicos da Sociedade, o desfecho final dessas ações não pôde ser determinado no momento e, portanto, nenhuma provisão para perda foi contabilizada nas demonstrações financeiras. **17. Patrimônio líquido - a. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e integralizado, era representado por:

Quantidade de ações

Acionista	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
Aço Cearense Industrial Ltda.	99.413.904	92,35	10	-	730.000	100.143.914	93,02
União Participações Ltda.	4.238.699	3,94	-	1.050.812	-	5.289.511	4,91
José Vilmar Ferreira	2.000	-	-	-	2.000	2.000	0,00
Outros	4	-	390	-	-	394	0,00
Ações em tesouraria	-	-	200.656	-	-	200.656	0,19
WMA Participações Ltda.	-	-	460.382	-	470.000	930.382	0,87
Cia de Geração Elétrica Paranapanema	-	-	-	357.769	-	357.769	0,33
Elektro Eletricidade e Serviço S.A	-	-	-	727.016	-	727.016	0,68
Total	103.654.607	96,29	661.438	2.135.597	1.200.000	107.651.642	100,00

• ON - Ações ordinárias nominativas - PNA - Ações preferenciais nominativas classe "A" - PNB - Ações preferenciais nominativas classe "B" - PNC - Ações preferenciais nominativas classe "C". As ações preferenciais classe "A" não têm direito a voto, e destinam-se, no primeiro momento, à subscrição e integralização com incentivos fiscais administrados pelo Ministério da Integração Nacional, na forma do Decreto-Lei nº 1.376/74, ficando-lhes assegurado os seguintes direitos e restrições: **a.** prioridade no reembolso de capital, pelos mesmos valores que forem reembolsados as ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade; **b.** participação integral nos resultados sociais, na forma do estatuto social; **c.** participação na capitalização de quaisquer reservas, em igualdade de condições com as de outras classes além das ordinárias; e **d.** inalienabilidade, pelo prazo de 4 anos, a contar da data de sua conversão ou permuta, nos termos do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74. As ações preferenciais classe "B" têm direito a voto, e destinam-se à subscrição por fundadores e/ou investidores portadores de opções para aplicação de recursos de incentivos fiscais. As ações preferenciais classe "C" não têm direito a voto, e se destinam à subscrição, por fundadores, investidores em geral e/ou investidores do art. 9º e/ou à conversão das debêntures subscritas pelo FINAM com base no art. 5º e/ou com recursos previstos no art. 9º da Lei nº 8.167/91, assegurando aos seus detentores as seguintes vantagens: **a.** Prioridade na distribuição do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações; **b.** Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Sociedade; e **c.** Participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título. Também, as ações preferenciais classe "C" não têm preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº 8.167/91, consoante disciplina o art. 172, da Lei nº 6.404/76. O capital social autorizado, conforme AGE - Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2008 é de R\$ 600.000, sendo R\$ 450.000 em ações ordinárias e R\$ 150.000 em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 316.323 (R\$ 316.323 em 31 de dezembro de 2009) em ações nominativas sendo R\$ 307.051 (R\$ 307.051 em 31 de dezembro de 2009) em ações ordinárias e R\$ 9.272 (R\$ 9.272 em 31 de dezembro de 2009) em ações preferenciais. **b. Reserva de capital** - Reserva subvenção de investimento: Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, ao qual a Sociedade é beneficiária, atualmente, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração). **Reservas de lucros:** **a. Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme art. 31 do seu estatuto social. **b. Reserva de contingência** - É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do estatuto social, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do Patrimônio Líquido. **c. Reserva de retenção de lucros** - Em conformidade com o art. 31 do Estatuto Social, a Sociedade após destinação da Reserva legal, Reserva de contingência, Reserva de lucros - incentivos fiscais e Dividendos, o saldo restante constituirá a Reserva de retenção de lucros (art. 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à

implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM. **d. Dividendos mínimos obrigatórios** - A Sociedade possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos em 31 de dezembro de 2010 foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	R\$ 48.811
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(31.299)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(10.410)
Base de cálculo	7.102
Reserva legal (5%)	355
Dividendos propostos (25%)	1.776
Total de ações (lote de mil ações)	107.652
Dividendo por ação -	R\$0,02

18. Resultado financeiro, líquido.

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas financeiras		
Var. monetárias passivas	(6.386)	(4.181)
Varição cambial	(9.288)	(6.544)
Juros passivos	(25.422)	(10.143)
Descontos	(1.163)	(5.053)
Despesas bancárias	(1.563)	(382)
Comissões e corretagens	(68)	(215)
Ajuste a valor presente	-	(1.494)
Perdas financeiras	-	(526)
Outros	(3.313)	(1.141)
Total de desp.financeiras	(47.205)	(28.549)
Receitas financeiras		
Varição cambial	8.998	26.304
Rec. de aplic. financeiras	318	403
Rev. de ajuste a v. presente	4.667	7.366
Varições monet. ativas	7.307	22
Outras	2.501	1.830
Total de receit. financeiras	23.791	35.925
Resultado financeiro líquido	(23.413)	7.376

Os juros passivos não foram capitalizados nos termos do CPC 20 visto que a Sociedade utilizou parte dos recursos provenientes de operações com partes relacionadas, sem previsão de encargos, como fonte de investimento em immobilizações em andamento (construções e obras). **19. Receita operacional líquida**

quaisquer outros ativos de riscos. **b. Composição dos saldos**

	31/12/2010		31/12/2009	
Descrição	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e Banco conta movimento	8.808	8.808	8.980	8.980
Ativos a valor justo contra o resultado				
Aplicações financeiras	4.060	4.060	9.722	9.722
Passivo a valor justo contra o resultado				
Empréstimos e financiamentos	190.412	190.221	72.908	62.239
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	57.468	57.468	36.698	36.698
Debêntures	80.585	80.585	73.000	73.000
Fornecedores	71.980	71.980	69.295	69.295
Partes relacionadas - passivo	46.990	46.990	125.214	125.214

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram obtidos por meio de informações das respectivas instituições financeiras independentes. As operações da Sociedade estão sujeitas aos seguintes riscos operacionais: **Risco de taxa de câmbio** - Parte diminuta do passivo financeiro e com fornecedores da Sociedade estão suscetíveis a variações cambiais significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o

	31/12/2010	31/12/2009
Vendas de prod.Mercado interno	577.961	486.513
Vendas de prod.Mercado externo	41.569	8.231
Venda bruta	619.530	494.744
(-) Impostos sobre faturamento	(118.231)	(100.751)
(-) Devoluções mercado interno	(1.165)	(2.737)
(-) Ajuste a vlr. presente - fat.	(5.017)	(5.451)
Deduções das vendas	(140.413)	(109.939)
Rec. operacional líquida	479.117	384.805
20. Despesas com vendas		
	31/12/2010	31/12/2009
Desp.c/frete - merc. externo	37.908	25.880
Desp.c/frete - merc. interno	1.727	453
Propaganda e publicidade	703	261
Comissões de vendas	863	11
Recuperação de créditos	220	91
Outros gastos com vendas	2.283	-
	43.704	26.696

21. Instrumentos financeiros - a. Política de gestão de riscos financeiros: Ciente da maior atenção dada ao assunto riscos financeiros, a Sociedade segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de gestão de riscos financeiros está a diversificação do portfólio de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações. A política de gerenciamento de risco da Sociedade foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa. A Sociedade é pouco sensível às flutuações diárias dos mercados financeiros e foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações financeiras. Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou

dólar. Todavia, este encerrou o exercício de 2010 novamente com uma variação negativa (variação negativa em 2009) em relação ao Real de 4,31% (em 2009 de 27,10%). A exposição da Sociedade em moedas estrangeiras pode ser identificada conforme segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
a.Finan.e emp. em moeda est.	(12.999)	(50.578)	(88.299)
b.Cont. a rec. em moeda est.	1.773	671	2.335
c.Déficit apurado (a-b) (*)	(11.226)	(49.907)	(85.964)